

A APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PERANTE AO ATUAL SISTEMA SOCIAL

Amanda Cristina M. BONFÁ*
João Victor Magalhães MUNIZ**
Vinicius GONÇALVES***
Letícia Sangaletto Lourenço TERRON****

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade expor a importância da criação de Lei específica, para reger e controlar o sistema de dados brasileiro. Diante do crescimento tecnológico em virtude das transações comerciais, o uso desenfreado da utilização de dados pessoais ampliou o advento da internet, conseqüentemente deixou de ser utilizada apenas para a comunicação e gradualmente incorporando todos os meios de relações, desde comerciais à jurídicas. Deste modo, no âmbito contemporâneo da sistemática de dados do Brasil faz-se necessária a aplicação de uma norma legislativa que abrangesse todas as matérias referentes as transações e utilização de dados, pois, a partir das relações comerciais, surgem tentativas de manobras, que impusesse monopólios dentro do mercado através do controle de tratamento de dados sensíveis dos usuários. No entanto, a comercialização e o compartilhamento sem a prévia ciência do portador dos dados são considerados como uma prática ilegal, mediante a inexistência de consentimento para a venda e partilha dessas determinadas informações. Destarte, se torna indubitável trazer à baila questões sobre a importância da implementação de uma lei no ordenamento jurídico brasileiro, especializada para o combate de uso irregular de dados de terceiros por parte das grandes empresas, em geral, visto que, há uma notória carência para suprir a proteção da individualidade e privacidade. Espelhando-se em países estrangeiros, elaborou-se a Lei Geral de Proteção de Dados. Lei 13.709/2018, possui o intuito de proteção integral às informações de seus usuários. Por assim sendo, de acordo com os dados apresentados no artigo é notório que diante do pouco tempo de vigência da Lei, é impressionante os impactos gerados a nação brasileira, proporcionando a todos os cidadãos uma nova garantia de privacidade. No mais, a metodologia dedutiva aplicada fora baseada na análise de doutrinas, jurisprudências, artigos relacionados ao tema, podcasts, e pesquisas efetuadas na internet.

Palavras-chave: Proteção. Dados pessoais. LGPD. Internet. Privacidade.

*amandamachado_35@hotmail.com

**joavictor.muniz@hotmail.com

***vini.bgoncalves@gmail.com

****leticiasanga@bol.com.br.